

O gigante benevolente: o corolário Rio Branco à Doutrina Monroe

Esley Rodrigues Teixeira ^a

Resumo: A assunção de José Maria da Silva Paranhos Júnior ao cargo de Ministro das Relações Exteriores foi a coroação de seus esforços em Washington e Berna em prol da delimitação de nosso território. Na função por decênio, desenharia, com a força da pena e sem poder contar com largo poder militar em plena Era dos Impérios, uma visão ímpar do mundo utilizando-se de poucos meios materiais de poder de forma dissuasória para impedir invasões e desrespeitos à nossa soberania, ao mesmo tempo em que pregava o consenso. O presente artigo em por objetivo compreender o legado do Corolário Rio Branco em nossa política externa. Utiliza-se o método de revisão bibliográfica. Como resultado apresenta-se o corolário Rio Branco à Doutrina Monroe, que tão importante foi ao Brasil para evitar invasões e se projetar internacionalmente. Conclui-se que a política externa nacional precisa manter este padrão de atuação, necessitando, contudo, aumentar o peso da variável militar.

Palavras-chave: Barão do Rio Branco, Doutrina Monroe, Defesa, relações internacionais.

INTRODUÇÃO

A política externa do Brasil foi forjada pela união do pensamento dos principais líderes do partido conservador (Saquarema) e do ambiente diplomático que se apresentou durante os anos. Côns-cios da grandeza do Brasil e das

necessidades que se apresentavam durante o fim do Império, tanto por parte de Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguay) quanto por José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco). O filho do último viria a enfrentar ambiente muito pior, com forças armadas dilapidadas materi-

^a Capitão de Corveta fuzileiro naval. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



almente pelas prioridades governamentais da recém-criada República conjugada aos problemas disciplinares que acabaram por dar ensejo aos Revoltas da Armada, do Batalhão Naval e da Chibata e ao famigerado evento de Canudos. Além do conhecido imperialismo europeu, o Barão precisou lidar com o imperialismo norte-americano, bastante insuflado pelo Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, com o qual justificou não apenas as já realizadas conquistas, mas a expansão pela América Central dos Estados Unidos e sua “função divina” de democratizar, liberar e pacificar o mundo.

Sabendo-se inferior militarmente, coube a José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) contextualizar a política exterior saquarema aos ditames da Era dos Impérios. Tendo servido como Consul em Liverpool e Embaixador em Berlin, o Barão conheceu de perto as ameaças que se impunham ao Brasil, lutando pelas nossas fronteiras com a Argentina e a França antes de ser recebido no Clube Naval em 1902 como novo

Ministro. Neste cargo, seria o grande artífice da definição territorial nacional, encarando potências imperialistas que se valiam do “fardo do homem branco” ou de seu “destino manifesto”. Rio Branco, utilizando-se magnanimamente do *uti possidetis* de Alexandre de Gusmão, permitiu ao Brasil, de forma pacífica, garantir o território herdado do Império. Com efeito, duas foram as ferramentas de que se utilizou o Barão. A primeira se resume numa junção dos já mencionados *uti possidetis* com a Doutrina Saquarema. A segunda foi o apoio ao liberalismo, dada a fraqueza em que mergulharam as Forças Armadas após a queda de Pedro II, sobretudo em foros internacionais, como fica patente na Segunda Conferência da Haia. Estas duas vertentes sinalizariam aos futuros diplomatas do Brasil o norte da derrota de seus navios.

O presente artigo tem por objetivo apontar a interpretação de José Maria da Silva Paranhos Jr. sobre a Doutrina Monroe, o que acabou por tornar-se um verdadeiro corolário, que pretendia usar o



poder militar dos Estados Unidos em nosso benefício, ao mesmo tempo em que se pregava como “gigante benevolente” a liderança das nações de terceira grandeza, ou seja, as que não dispunham de meios materiais de poder em escala suficiente para contrapor-se às grandes potências. Utilizar-se-á como metodologia a revisão bibliográfica. Conclui-se que o pensamento de Rio Branco, amálgama da política saquarema e do ambiente internacional, para o papel do Brasil como líder dos pequenos e comparável aos grandes, o “Gigante Benevolente”, ainda perdura na política externa nacional.

POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA

A história do Brasil é permeada de ações de suas forças armadas em prol da defesa de sua soberania e da delimitação de suas fronteiras. Atuando mais como defesa que como ataque, como sói ser em tropas de poderes continentais¹, Exército Brasileiro (EB), Marinha do

Brasil (MB) e, mais tarde, a Força Aérea Brasileira (FAB) percorreram larga derrota para garantirem, no porto seguro, um lugar de deferência perante a população brasileira e a comunidade internacional. Apesar dos nobres feitos realizados pelos Fuzileiros Navais em Caiena, por ocasião de sua tomada em 1809, e pela Marinha e Exército Imperiais durante a Guerra do Paraguai², foi no século XX com as duas Guerras Mundiais em que boa parte das lembranças populares dos sacrifícios despendidos pelos valentes marinheiros da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) e da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi forjada. Tendo sido o único país latino americano a participar da guerra contra o Segundo Império Alemão, e tendo enviado cerca de vinte e cinco mil soldados para os campos de batalha da Itália contra o Terceiro, o Brasil despontou como grande “promessa a potência”, sobretudo após a recusa, pelo congresso dos EUA em se permanecerem associados à Sociedade das Nações, esperança logo



perdida após o governo Arthur Bernardes³.

Os diversos conflitos ocorridos durante o período colonial podem ser vistos como um reflexo das políticas europeias⁴, com movimentos franceses, portugueses e espanhóis de idas e vindas, particularmente na fronteira sul de nosso território. Os diversos tratados firmados em decorrência de bipartições globais (*Intercætera* e Tordesilhas) e das guerras europeias (Utrecht, Madri, Santo Idelfonso e Badajoz) mexeram constantemente nas fluidas fronteiras entre as colônias, vindo, mais tarde, a serem motivos de disputas diplomáticas que viriam a envolver o filho de um político do Império,

José Maria da Silva Paranhos Júnior. Em um deles, a fronteira sul pendia em litígio para com a Argentina. Noutro, a França discutia a

validade dos tratados antes estabelecidos.

Coube ao Barão pacificar as questões, garantindo que as fronteiras fossem finalmente estabelecidas através de atos jurídicos válidos e reconhecidos internacionalmente.

Característica constante destes eventos foi a falta de utilização do

hard power nacional. Confiando plenamente na acurácia intelectual de Rio Branco, o Brasil não projetou, em ambas as questões, nenhum meio material de poder para forçar arbítrios favoráveis, ou constranger governos a acatar deci-

Fig. 1 - José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, o maior diplomata da República brasileira



Fonte: MRE



sões monocráticas. Mesmo na questão argentina, fez-se valer claramente a voz do diplomata sobre a do general. Pesam neste quesito, certamente, questões logísticas, orçamentárias e políticas: quanto à logística, destacamos a falta de corredores e meios de escoamento de militares para as regiões deflagradas, bem como a falta de capilaridade na distribuição das tropas em território nacional⁵; o problema orçamentário arrastar-se-ia durante toda a história do Brasil, e a discussão *guns x butter* jamais sairia do debate político; no ponto da política, é difícil acreditar que em plena Era dos Impérios, com grandes eventos ocorrendo pelo globo⁶, o Brasil, visto como um território a ser conquistado⁷, teria condições de utilizar suas forças armadas contra a França, poder europeu que, à época, investia largamente em seu Poder Naval⁸.

O gênio rio-branquense se eleva muito além da expansão e solidificação das fronteiras terrestres: finaliza em si o desejo portucalese de se delimitar as terras a eles pertencentes no solo ameri-

cano, definindo a extensão territorial e os direitos à exploração das riquezas. Se na época colonial as lutas entre colonos portugueses e espanhóis suscitava ou refletia o embate entre as metrópoles, na Era Rio Branco as potências europeias, ávidas pelo aumento do mercado consumidor e da expansão das jazidas de suas matérias primas, não apenas ameaçavam-se através da expansão de exércitos e do poder naval como também enviavam suas forças de forma imperialista ao hemisfério meridional. Rio Branco, não se eximindo do uso do poder militar, dotou o país da cultura original à época de recorrer ao estudo e à erudição para aplacar conflitos lindeiros, fugindo do recurso da guerra. Conhecedor da história das gentes, sabia, como poucos ainda o sabem, que não havendo um fim jurídico e internacionalmente aceito de determinada lide, o objetivo nacional de retomar áreas em litígio apenas aguardará o momento propício para implantar a dominação pelas armas e julgar como fato pacífico o *fait accompli*⁹.



A Guerra Fria viria a delimitar não só as esferas de influência como também a área de atuação dos países. Caberia ao Brasil desvencilhar-se das amarras com que prenderam a iniciativa do 3º mundo, por meio, primeiramente, de um pragmatismo equidistante durante o Regime de Getúlio Vargas, e depois, de uma política externa independente (PEI) durante a gestão de Santiago Dantas no ministério das Relações Exteriores (MRE). O pragmatismo varguista não conseguiu ser retomado durante o conflito ideológico entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas a PEI foi logo adotada pelo presidente Geisel com sua política externa pragmática e responsável. Este pragmatismo responsável perdura até o dia de hoje, com ligeiras ressalvas, como marca incontestada da capacidade técnica e competência profissional de nosso corpo diplomático.

Fica clara, portanto, a diferença existente entre a maior propensão ao uso das armas na época do Império (refletida nas questões do

Prata) frente ao Brasil republicano pós Rio-Branco, devendo-se isso não apenas aos litigantes de outrora serem mais fracos militarmente (mesmo com o Exército Imperial com menos da metade de tropas do paraguaio ao início do conflito, a capacidade de mobilização era bem maior por parte do Brasil, o que ficou bem claro já após a Batalha do Riachuelo) mas também ao ambiente externo pelo qual passava o mundo.

Mesmo com a atuação nos dois conflitos globais, o “pacifismo” brasileiro entrou em voga. Apesar de haver o Brasil conseguido ter papel relevante na primeira e segunda década do século XXI em missões de paz ao assumir o comando das tropas no Haiti e Líbano¹⁰, observa-se um retorno lento e gradual ao estado de coisas observado no século anterior. Longe das operações de paz e delimitado em suas fronteiras por quesitos políticos e financeiros, as forças armadas brasileiras apenas “projetam poder” por meio de exercícios regionais e observadores militares. Fica patente que o motivo disto



está intrinsecamente ligado à falta de meios materiais de poder, sobretudo os diretamente ligados à capacidade expedicionária das forças armadas, particularmente os navios. O “pacifismo” de nossas relações exteriores passou de uma lenda para uma cultura, influenciando até mesmo no debate *guns x butter*. Esta cultura, infelizmente, influencia as decisões orçamentárias para a participação do Brasil em Missões de Paz, carro chefe da Organização das Nações Unidas, colocando em risco o papel das forças armadas como promotoras da política externa nacional.

Em complemento a esta crise de posicionamento, as forças armadas têm sido largamente utilizadas em atividades de emprego limitado da força¹¹ e ações benígnas¹², sobretudo em apoio à defesa civil¹³ e garantia da lei e da ordem¹⁴, resuscitando sua antiga vocação de tropa de *gendarmeria*, retirando, pouco a pouco, a letalidade que deve ser intrínseca à Expressão Militar do Poder Nacional. A compreensão de que os militares devem ser parte dos esforços sociais *lato*

sensu é uma tendência também observada em diversos lugares do mundo¹⁵ sendo, portanto, visível em outras partes do mundo como na contenção e controle da imigração ilegal nos países mediterrâneos e no combate ao narcotráfico no Caribe e América Meridional. No entanto, a de se perceber que para uma utilização estratégica, a letalidade das Forças Armadas é essencial, e que ela se deve, sobretudo, a um conjunto de fatores interligados, abarcando desde a academia, passando pela indústria e chegando aos exercícios e adestramentos¹⁶, fruto de uma Grande Estratégia pensada nos mais altos níveis. Os ensinamentos da história, os legados de nossos estadistas e as querelas populares contemporâneas devem ser, portanto, o ponto de partida para se desenhar as Forças Armadas do futuro. Neste cômputo, sobeja de importância os escritos e o pensamento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, que devem ter sempre tidos como base de nossa estratégia como país.

No Brasil, cabe salientar, a política externa e a de defesa sempre



concorreram de forma complementar. Como ocorre em poderes continentais, as Forças Armadas sempre tiveram um papel muito mais defensivo que ofensivo, cabendo-lhes a manutenção territorial e o controle de revoltas intestinas. Não à toa, as maiores batalhas de nossa história foram realizadas em nosso território ou em nossas franjas¹⁷, o que nos faz bastante correlatos aos poderes continentais como Rússia, China e Índia. A histórica dificuldade em projetar poder militar é também uma deficiência logística, que acometeu os poderes continentais, fazendo-os confiar bastante na palavra de seus diplomatas. A Rússia, por exemplo, após Waterloo fez de seu imperador o representante no Congresso de Viena (o único chefe de estado, enquanto Reino Unido, França e Áustria eram representados por Castlereagh, Talleyrand e Metternich, respectivamente) e Stálin, vendo-se isolado pela ideologia comunista, precisou, por questão defensiva, conquistar metade do continente europeu. Diferente dos poderes marítimos, nos quais a diplomacia

e o poder militar andam paralelos, em poderes continentais se observa a complementariedade. Por esta razão pode-se observar claramente como o Barão do Rio Branco se sobrepôs nas questões limítrofes da França, Argentina e Bolívia, este último envolvendo todas as potências europeias e norte-americana associadas ao *Bolivian Syndicate*, mesmo não prescindindo em seus cálculos da ajuda da força militar, como gostaria que o fossem, precisando focar sua atuação, sobretudo, em uma diplomacia de prestígio¹⁸.

Rio Branco sabia, portanto, da grande fraqueza em que se encontrava o Brasil, sobretudo após as divisões nas Forças Armadas em decorrência da indisciplinada Revolta da Armada e do vexatório evento de Canudos. Com a Marinha e o Exército sem condições de valer-se contra investidas de monta, e conhecedor da potencialidade europeia, Paranhos Jr. tinha convicção que a benevolência do discurso externo (liderar os mais fracos contra os mais fortes, pregar por maior nível de resoluções pacíficas, defender a soberania dos



países mais dependentes...) era essencial para esconder o estado interno das coisas. A Conferência da Haia foi deveras importante para o *debut* desta repaginação da política exterior saquarema, temperada, agora, pela fraqueza militar e pelas ameaças contidas no ambiente externo. A liderança do Cone-Sul seria, portanto, parte intrínseca desta nova estratégia.

Neste íterim se encaixa a aproximação pragmática com os Estados Unidos da América, em pleno plano expansionista pela América Central e Pacífico, permitindo tanto uma diferenciação “superior” com relação à Argentina, quanto proteção contra investidas imperialistas¹⁹. Ao mesmo tempo, pretendia Rio Branco liderar os países do Cone Sul por meio da amostra da proeminência brasileira na região, que acabou culminando no Tratado entre Argentina, Brasil e Chile (ABC), consubstanciado em 1915, após sua morte. Sendo assim, valeu-se Rio Branco, ao mesmo tempo, da Doutrina Monroe da “América para os Americanos” e da concepção saquarema par

a política externa do Império do Brasil.

A AMÉRICA DO SUL PARA OS BRASILEIROS

A expansão territorial portuguesa durante o período colonial foi marcada pela descoberta de riquezas e acidentes capitais que impediriam ou dificultariam o avanço dos desbravadores. A imensidão desconhecida para o oeste, os rios, montanhas e lagoas, as doenças endêmicas, feras e índios dos “sertões” acabaram por delimitar o território conhecido, transformando drasticamente, já no Tratado de Madri (1750), o desenho do mapa do Brasil. Chama a atenção, já nesta época, o pouco recurso bélico de Portugal em relação ao Reino de Espanha, sendo utilizado para o embate Alexandre de Gusmão, que introduziu o conceito do *uti possidetis*. Sabendo da potência dos territórios em litígio, a estratégia de Gusmão foi provar a ocupação prima dos portugueses, argumento que, século e meio mais



tarde, Paranhos Jr. utilizaria amiúde.

O expansionismo norte-americano, diferente do bandeirante, viria como fruto de seu “destino manifesto”, sua grandeza inata, a qual seus pais fundadores tanto recorriam. A suposta superioridade norte americana teria o dever de redimir o continente, e talvez o globo, justificando expansão fronteiriça e política dos Estados Unidos, o que muito bem fez durante a conquista do Texas sob os presidentes Póke e Tyler, e na conquista e expulsão dos espanhóis na guerra que fagocitou Filipinas, Porto Rico, Cuba, Havaí e Samoa. A Doutrina instituída por James Monroe ao congresso norte-americano em 1823 estipulava, com uma linguagem “idealista e de altos princípios”, que a atuação norte-americana deveria pautar-se em valores como “liberdade, democracia e paz”²⁰.

Dentro do contexto em que se encontrava, a Doutrina Monroe representou uma resposta ao imperialismo europeu do século XIX, gerando uma narrativa que permi-

tiu aos Estados Unidos expandir-se sem a interferência europeia. Ao fim do século XIX (1899), Rudyard Kipling publicaria seu famoso *The White Man's Burden*, justificando a captura de terras dominadas por pessoas “metade demônios, e metade crianças”. E, em 1904, o presidente Theodore Roosevelt transmitiria ao congresso sua interpretação da Doutrina Monroe: prevenir as ameaças europeias no hemisfério ocidental, e agir de forma corretiva para impedir que países latino-americanos não cumprissem com suas obrigações monetárias para com potências do velho mundo²¹.

É exatamente neste contexto que se insere a passagem de Rio Branco pelo Ministério das Relações Exteriores: o auge do imperialismo austral, ao mesmo tempo em que se seguia o fim do Concerto Europeu, instituído pelo Congresso de Viena. Ávidos por conseguirem mercados consumidores e produtores de matérias primas, criarem bases em pontos estratégicos de globo e aumentarem o orgulho nacional através da projeção de



poder²², os europeus mergulharam em uma nova etapa de imperialismos. O crescimento econômico norte-americano, sua cultura marítima instituída pelo Almirante Alfred Thayer Mahan, que motivou a conquista e estabelecimento de bases em pontos estratégicos, e o aumento dos empréstimos aos latino-americanos, combinada à Doutrina Monroe, faziam da América Latina o ambiente natural para o expansionismo norte-americano, como foi muito bem realizado sob os presidentes McKinley, Roosevelt, Taft e Wilson (1897-1921)²³.

O antigo desejo de se construir uma comunidade de povos latino-americanos jamais foi “profetizada” por Rio-Branco, mas assim pensava o diplomata e estadista quando percebeu a necessidade de uma profícua e duradoura aliança entre os Estados Unidos e o Brasil para impedir uma conquista que, vislumbrava, as Forças Armadas nacionais não conseguiriam impedir. Sua visão de incutir na recém-criada república as virtudes e tradições saquaremas o fez eterno, seja por seus escritos, seja por sua face

a decorar as notas de vinte mil cruzeiros, apelidadas afetivamente de “um barão”²⁴. Adaptando a concepção saquarema de política externa²⁵, o Barão foi capaz de utilizar-se do *uti possidetis* de Alexandre de Gusmão, ao mesmo tempo que interpretou a Doutrina Monroe sob seus interesses, quais sejam a proteção do território brasileiro de possíveis investidas europeias e norte-americanas. Foi exatamente esta capacidade “anfíbia”²⁶ de Rio Branco que o fez, e o faz, o patrono da diplomacia brasileira²⁷, tendo desenhado uma doutrina ainda hoje utilizada.

Em sua época, o perigo de intervenção europeia nos assuntos regionais era bastante real, quando os imperialismos do Velho Mundo aos poucos espalhavam-se pelo hemisfério Sul. No início do século XIX, a Ásia assustada via China e Japão submergirem frente às canhoneiras europeias e norte-americanas²⁸; a África enfrentava outra onda de expansão europeia; e o subcontinente indiano trocava de mãos. Mesmo assim, a América Latina, em que pese uma pequena



rusga fiduciária entre Venezuela e alguns reinos europeus, manteve-se relativamente soberana em seus domínios, refletindo não apenas os interesses orientais que inundavam os gabinetes das empresas e governos europeus, como também a alta estima em que se tinha o Barão²⁹.

A cosmovisão de Paranhos Jr. no que tange ao papel do Brasil no Cone Sul está diretamente relacionada com sua experiência como diplomata tanto em Liverpool, onde serviu como cônsul, quanto em Berlim, como embaixador. O Poder Naval estava diretamente relacionado às necessidades defensivas do Brasil³⁰, e o Barão aos poucos foi compreendendo o papel da Marinha dentro da estratégia nacional. Não se pode esquecer que fora sua ideia a aquisição dos dois primeiros encouraçados brasileiros³¹, batizados, no início do século XX, com os nomes dos dois estados que se apossaram da política nacional: Minas Gerais e São Paulo³². O tamanho continental do Brasil, sua condensação populacional e a pequena capilaridade de suas tropas davam ao país caracte-

rísticas que ameaçavam tanto uma invasão bem sucedida quanto a eclosão de espíritos separatistas.

Era imprescindível, portanto, que houvesse uma Marinha e um Exército capazes de rechaçar invasões (defesa), garantir a indivisibilidade nacional (segurança), e dissuadir os demais países de requerer territórios (dissuasão). A hegemonia regional brasileira seria, portanto, ponto forte da estratégia nacional de projeção de poder, posto ser decisiva nacionalmente (forças prontas para intervir em movimentos separatistas), regionalmente (impedir a incursão de aventureiros em nosso território) e internacionalmente (com a dissuasão de possíveis intervenções seja no território, seja no Cone-Sul). De concepção “ratzeliana”, o entendimento de Rio Branco quanto ao aproveitamento da terra e da soberania das fronteiras tomou-lhe grande tempo, desde antes de sua assunção como Ministro das Relações Exteriores em 1902, tendo Argentina e França como inaugural, estendendo-se durante toda sua estadia na cadeira, com a paci-



ificação e delimitação das fronteiras de “Bolívia (1903), Equador (1904), Guiana Inglesa (1904), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909)”³³.

Esta mudança de paradigma entre o que estava em voga e o que ora se impunha representou nova direção nos rumos da política externa brasileira frente aos imperativos que se apresentavam após a proclamação da república, a revolta da Armada e a Guerra de canudos. Com boa parte dos próceres do império mortos ou já fora da vida pública, a assunção do Barão ao cargo de ministro por um antigo conselheiro do império (Rodrigues Alves) foi como uma modernização da política saquarema, cujas bases continuaram incólumes desde finda a Guerra do Paraguai: abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e favorecimento da estabilidade política regional³⁴.

Além disso, a aliança entre Brasil e EUA seria de grande valia para dissuadir europeus de tentarem expandir suas jazidas de matérias primas e mercado consumidor

no continente americano. Apoiando-se na Doutrina Monroe, Rio Branco desenvolveu uma interpretação bastante original de “entorno estratégico”, permitindo ao Brasil bater-se com potenciais inimigos e vencê-los sem dispor de um único tiro. Cabe que se lembre que, mesmo após a pacificação dos problemas fronteiriços, a França, vencida pelo arbítrio, continuou a fazer fronteira ao norte, e dispor de considerável poder naval em seus territórios no Caribe. Já em 1905, Rio Branco deixava clara sua preocupação com a falta de um poder naval adequado a dissuadir possíveis tentativas de invasão por potenciais imperialistas³⁵, consolidando uma estratégia naval bastante alinhada ao de poderes continentais, qual seja a de garantir a defesa litorânea, mais do que a expansão marítima³⁶.

Com efeito, a concepção saquarema de relações exteriores esteve sempre presente no pensamento do Barão, herdado da proximidade que teve em sua vida com o pai e seus amigos conservadores. A manutenção da ordem



interna é ponto essencial para que haja maior possibilidade de projeção regional e, conseqüentemente, de prestígio internacional. Mesmo com Zeballos como *nêmesis* e a corrida armamentista com a Argentina³⁷, bastante influenciada pelos acontecimentos europeus, a hegemonia no Cone Sul nunca saiu dos cálculos de Paranhos Jr., no que fora antecedido pelo Visconde do Uruguai e do Rio Branco. Mesmo assim, a hegemonia militar precisava refletir o respeito dos demais, nunca o medo puro de um imperialismo infundado³⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é difícil divisar a importância da esfinge de Rio Branco para a formação da “cultura” da política externa nacional. Focado em ferramentas pacíficas para projetar poder e defender interesses, Paranhos Jr. foi o grande herói nacional que aumentou o território, serviu ao Brasil desinteressadamente, e construiu um verdadeiro patrimônio doutrinário no que tan-

ge à sua visão de postura do Brasil no cenário internacional.

O Brasil, como poder continental clássico, passou por diversos problemas logísticos, sobretudo quanto ao transporte de suas tropas pelo território continental que apresenta. Seja no início da Guerra do Paraguai, seja durante os problemas com a Bolívia, a logística brasileira (nisso incluindo as funções recursos humanos, manutenção transporte e saúde) sempre representaram o grande calcanhar de Aquiles das forças armadas. Independentemente do responsável por isso (se divisões políticas ou se má gestão), o caso é que os mesmos problemas que se apresentaram à Rússia Czarista também se apresentaram ao Brasil Imperial.

Rio Branco, compreendendo bem as limitações que se lhe impunham, observou que a utilização da força não caberia a um país como o Brasil, foco de possíveis intervenções por conta de suas riquezas inatas, e não possuidor de forças militares dissuasórias. Interpretando a Doutrina Monroe com as luzes saquaremas, o Barão foi o grande



responsável por delimitar os objetivos nacionais permanentes do Brasil, garantindo-lhe a hegemonia regional ao mesmo tempo que requisitava o prestígio internacional. Acreditando ser responsabilidade do Brasil o equilíbrio regional, Rio Branco foi o grande artífice de políticas que apenas vingariam anos (séculos) mais tarde (ABC, Mercosul, Unasul, Prosul), impedindo a prevalência dos Estados Unidos na região, ao mesmo tempo em que incentivava um alinhamento pragmático, como observado durante os períodos Vargas, Geisel e FHC.

Para uma maior participação brasileira no concerto das nações, a variável militar se torna peça imprescindível, sendo deveras importante que haja maior integração entre os diversos setores nacionais em prol do desenvolvimento de doutrina e tecnologia autóctone (independente, sobretudo, dos Estados Unidos), de maneira a permitir a perenidade desta união pragmática, que garantirá maior hegemonia regional e prestígio internacional.

BIBLIOGRAFIA

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *Rio Branco, Grande Estratégia e Poder Naval*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

AMARANTE, José Carlos Albano. *A Base Industrial de Defesa Brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

BRASIL, Marinha do Brasil. *Doutrina Militar Naval*. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2017.

BROOKS, Rosa. *How everything became war and the military became everything: tales from the Pentagon*. New York: Simon & Schuster, 2016.

CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 41, n. 2, p. 59-82, 1998.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional* v. 43, n. 2, p. 130-149, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): Vencer ou Não Perder*. Porto Alegre, Brasília: Editora da Unicon,



versidade (UFRGS), Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GILDERHUS, Mark T. The Monroe Doctrine: Meanings and Implications. *Presidential Studies Quarterly* v. 36, n. 1 (March). Center for the Study of the Presidency, 2006.

HEINSFELD, Adelar. Influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 115 – 134, jan./jun. 2013.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

LAMBERTH, Andrew. *Seapower States: maritime culture, continental empires and the conflict that made the modern world*. Llandysul, Ceredigion, Wales: Gomer Press Ltd., 2018.

LINS, Álvaro. *O Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.15. Brasília: pp. 279-314, set./dez. 2014.

MACMILLAN, Margareth. *The War that ended peace: how Europe abandoned peace for the First World War*. London: Profile Books, 2014.

MELLO, Leonel Iataussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999.

PARANHOS Jr., José Maria da Silva. *Despacho Ministerial de 09 de janeiro de 1905*. Rio de Janeiro: Itamaraty, 1905.

¹ MELLO, Leonel Iataussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999, p. 37.

² Estes feitos são ainda hoje lembrados pelas ruas de várias cidades, mas despontam no nome das vias da antiga Capital Federal com seus Riachuelo, Paysandu, Voluntários da Pátria, Humaitá e 1º de Março.



³ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): Vencer ou Não Perder*. Porto Alegre, Brasília: Editora da Universidade (UFRGS), Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, p. 82.

⁴ Os enfrentamentos europeus nas Américas teriam sua versão na África durante a Era dos Impérios, e na Ásia e Oriente Médio durante a Guerra Fria.

⁵ As dificuldades logísticas brasileiras foram as mesmas enfrentadas por outros poderes continentais como Rússia e China durante boa parte de sua história, fato que reforça ser o Brasil um poder continental, devendo ser assim encarado durante a formulação de políticas e estratégias de defesa.

⁶ HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 19.

⁷ LINS, Álvaro. *O Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 2014, p. 270.

⁸ MACMILLAN, Margareth. *The War that ended peace: how Europe abandoned peace for the First World War*. London: Profile Books, 2014, p. 51.

⁹ Alguns casos na história são bastante conhecidos: o caso da Alsácia-Lorena (França e Alemanha), Córsega (França-Itália), Falklands (Reino Unido-Argentina) e o território da Criméia.

¹⁰ O Brasil assumiu o comando do componente militar na Missão das

Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e da força tarefa marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). No Haiti a missão teve uma duração de 13 anos, sendo um grande marco das missões de paz para o Brasil. Na UNIFIL, uma fragata brasileira foi o navio-capitânia da força tarefa, comandada por um almirante brasileiro.

¹¹ Trata-se de “atividades nas quais as Forças Armadas exercerão o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o País tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental.” (Brasil, 2017; p. A-5).

¹² Atividades em que “nem a violência tem parte em suas execuções, nem o potencial de aplicação da força é pré-requisito” (Brasil, 2017; p. 5-1)

¹³ Ocasões em que as forças armadas têm como missão “cooperar, mediante autorização, com os órgãos e entidades que possuem competências relacionadas com a Defesa Civil. Para isso, ficar em condições de apoiar ações preventivas, incluindo planejamentos, instrução e simulações, e de resposta a desastres, tudo com vistas a evitar ou mitigar os efeitos daquelas ocorrências; a preservar o bem-estar da população; e a restabelecer a normalidade social” (Brasil, 2017; p. 5-7).

¹⁴ Ações em que caberá às forças armadas “preservar a ordem pública e a



incolumidade das pessoas e do patrimônio, em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no artigo 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem” (Brasil, 2017; p. 4-2).

¹⁵ BROOKS, Rosa. *How everything became war and the military became everything: tales from the Pentagon*. New York: Simon & Schuster, 2016, p. 21.

¹⁶ AMARANTE, José Carlos Albano. *A Base Industrial de Defesa Brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012, p. 12.

¹⁷ A Marinha, por exemplo, ainda hoje exalta os feitos de seus militares nas Batalhas de Paysandu, Tonelero, Humaitá, Rachuelo. Quanto ao Exército, rimbombam os nomes de Itororó, Curupaity, Tuiutí e Lomas Valentinas. Todas travadas contra invasores ou para manter o equilíbrio (hegemonia) regional. Internamente, Canudos e Contestado, além da Farrroupilha, ainda são eventos que motivam orgulho.

¹⁸ ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *Rio Branco, Grande Estratégia e Poder Naval*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 182.

¹⁹ LYNCH, Christian Edward Cyril. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.15. Brasília: pp. 279-314, set.- dez. 2014, p. 289.

²⁰ GILDERHUS, Mark T. The Monroe Doctrine: Meanings and Implications. *Presidential Studies Quarterly* v. 36, n. 1 (March). Center for the Study of the Presidency, 2006, p. 5.

²¹ *Ibid.*, p. 10.

²² CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 41, n. 2, p. 59-82, 1998, p. 60.

²³ *Ibid.*, p. 62.

²⁴ LYNCH, *op.cit.*, p. 282.

²⁵ A concepção saquarema se baseava na “consolidação do Estado nacional contra a anarquia a interna (os luzias/federalistas) e externas (os caudilhos platinos)”. De certa forma, esta concepção retorna, com maior ou menor intensidade, em momentos da história do Brasil, como durante a Guerra do Paraguai, o Estado Novo e parte do Regime Militar. A ideia de se utilizar o liberalismo para alcançar objetivos nacionais facilmente alcançáveis com meios materiais de poder é fruto não só da baixa adesão à iniciativas militares, como também da visão saquarema de apenas recorrer à guerra em último caso, como foi durante as intervenções no Uruguai e Paraguai.

²⁶ Diz-se por “anfíbia” pois calcava sua análise do ambiente internacional tanto na fraqueza das Forças Armadas, quanto pela necessidade de, por meio



de um discurso perolado, conseguir o prestígio necessário a impedir invasões e intervenções. Esta capacidade de coadunar realismo e liberalismo ainda hoje é utilizada pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, haja vista a constante busca por integrar as Forças Armadas em Operações de Paz.

²⁷ LYNCH, op.cit., p. 286.

²⁸ KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994, p. 25.

²⁹ LINS, op.cit., p. 308.

³⁰ Em Liverpool, as assinaturas de Rio Branco eram necessárias para a exportação e importação para o Brasil. Um dos maiores portos da Europa, Liverpool viu crescer sua demanda por algodão brasileiro durante a expansão da indústria têxtil, ao que José Maria via-se constantemente envergonhado ao ser informado de problemas de qualidade e de pesagem do algodão tupiniquim. Como embaixador no 2º Império, tendo sido recebido pelo próprio Kaiser Wilhelm II, Rio Branco pode verificar *in loco* a importância dada pela Alemanha à sua indústria naval, e como pretendiam os políticos debutar a Alemanha na indústria expansionista pela projeção de poder econômico e militar. Na crise com a Bolívia, por exemplo, compreendeu na pele como possuir um poder naval inadequado era deletério aos desígnios internacionais (Alsina Jr., 215; p.159)

³¹ Minas Gerais e São Paulo foram os primeiros encouraçados completamente feitos de ferro. Houve, ainda na Guerra do Paraguai, navios que tinham a alcinha de encouraçado, mas que eram apenas revestidos por chapas.

³² ALSINA JR., op.cit., p. 193.

³³ HEINSFELD, Adelar. Influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 115 – 134, jan./jun. 2013, p. 121.

³⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional* v. 43, n. 2, p. 130-149, 2000, p. 131.

³⁵ PARANHOS Jr., José Maria da Silva. *Despacho Ministerial de 09 de janeiro de 1905*. Rio de Janeiro: Itamaraty, 1905.

³⁶ LAMBERTH, Andrew. *Seapower States: maritime culture, continental empires and the conflict that made the modern world*. Llandysul, Ceredigion, Wales: Gomer Press Ltd., 2018, p. 228.

³⁷ HEINSFIELD, op.cit., p. 132.

³⁸ Conhecido o evento do bombardeio de Paysandu, ao qual, ansiava o Almirante Joaquim Marques Lisboa, se seguiria o de Montevideu, impedido pelo Visconde do Rio Branco pelo Tratado de Fevereiro, o mesmo que o fez sair do Ministério.